



MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, SC, 2018



Volume VII - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018.

ENTIDADE: PREFEITURA

Este documento é dos Cordilheiraltenses

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo Municipal presta contas aos cidadãos Cordilheiraltenses.

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Natureza Jurídica da Entidade;
- 1.2 Domicílio da Entidade;
- 1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade;
- 1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

- 2.1 Bases de mensuração utilizadas;
- 2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas;
- 2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- 4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
- 4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas
- 4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro
- 4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2018

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- 1.1 Previsão da receita versus arrecadação;

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 – FONE: (49) 3358-9100 – CORDILHEIRA ALTA – SC



- 1.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias;
- 1.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;
- 1.4 Detalhamento da execução das despesas;
- 1.5 Análise da execução da despesa;
- 1.6 Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados.

2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

- 2.1 Caixa e equivalente de caixa;
- 2.2 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 2.3 Investimentos RPPS;
- 2.4 Imobilizado;
- 2.5 Intangível;
- 2.6 Fornecedores;
- 2.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 2.8 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 2.9 Demais elementos patrimoniais.

3 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

- 3.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;
- 3.2 Baixas de investimento;
- 3.3 Constituição ou reversão de provisões;
- 3.4 Demais variações, quando relevantes;
 - 3.4.1 Variações Aumentativas;
 - 3.4.2 Variações Diminutivas.

4 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

- 4.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas ;
- 4.2 Retenções tributárias;
- 4.3 Restos a pagar processados e não processados.

5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 6.1 Capital/Patrimônio Social;
- 6.2 Resultados Acumulados;
- 6.3 Ajustes dos exercícios anteriores;
- 6.4 Ajustes de avaliação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2018 o Município de Cordilheira Alta completou 26 anos de emancipação.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Prefeito(a): Carlos Alberto Tozzo

Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina

Aniversário: 30/03

Habitantes: 4.321

Eleitores: 3.880

PIB: 185.551.000,00

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Cordilheira Alta, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 95.990.198/0001-04, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo.

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio do endereço Rua Celso Tozzo, nº 27, Centro, Cordilheira Alta, CEP. 89.819-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 8411-6/00.

Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:

- Secretaria da Cultura e Esportes

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 – FONE: (49) 3358-9100 – CORDILHEIRA ALTA – SC



- Gabinete do Prefeito
- Secretaria de Infraestrutura
- Fundo Municipal de Assistência Social
- Fundo Municipal da Criança e Adolescente
- Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento
- Secretaria de Água e Saneamento Básico

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

DECLARAÇÃO PLENA

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

- Não há Restrições de ordem Contábeis do exercício de 2018, considerando o GRAU DE RELEVÂNCIA e a MATERIALIDADE dos valores envolvidos;
- As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas buscando atender a legislação vigente;
- Todos os registros foram realizados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.

Emanuelle Cella Tozzo
Contadora

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas

ATIVOS

Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Nos casos em que o estoque for distribuído gratuitamente, os estoques são valorados a custo. O município de Cordilheira Alta, SC, não possui estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.



O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O município de Cordilheira Alta, SC, possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio do Decreto nº 720 de 26 de outubro de 2017, foi criada comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial do município de Cordilheira Alta, SC.

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, o município de Cordilheira Alta, SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

Depreciação

Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município de Cordilheira Alta, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)

O município de Cordilheira Alta, SC adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível

O município de Cordilheira Alta, SC, não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações pós-fixadas são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos, no caso dos processos judiciais. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações relativas a férias e décimo terceiro salário, são recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados. O Município de Cordilheira Alta não possui empréstimos contratados.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

DEFINIÇÕES GERAIS

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Município de Cordilheira Alta, SC, é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único. O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando forem passíveis de ser mensurados com segurança.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social. O Município de Cordilheira Alta, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, o Município de Cordilheira Alta, SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa e créditos a receber, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos em relação a inscrição, o que demonstrará o comportamento da dívida ativa.

c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Município de Cordilheira Alta, SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens do Município.

d) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. A análise é realizada pelo setor jurídico do Município.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

ATIVOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	3.645.265,26
	Total	3.645.265,26

b) Direitos, créditos e valores a curto prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.2.1.1.xx	Créditos tributários a receber	57.141,65
1.1.2.2.1.xx	Clientes	38.433,00
1.1.2.3.4	Créditos de transferências a receber INTER OFSS	618.027,48
1.1.2.4.1.xx	Empréstimos e financiamentos concedidos	29.861,02
1.1.3.1.1.xx	Adiantamentos Concedidos	5.465,00
1.1.3.8.1.xx	Outros créditos a receber, valores a curto prazo	1.074.626,90

1.1.4.1.1.xx	Títulos e valores mobiliários	1.117,63
1.1.5.6.1	Almoxarifado	485.684,66
1.1.5.8.1	Outros estoques	63.852,53
1.1.9.xx	Variações patrimoniais pagas antecipadamente	30.980,00
	Total	2.405.189,87

Os créditos tributários a receber registram valores relativos a tributos dos quais o fato gerador já ocorreu, e tem fundamento legal em lei municipal.

O município controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros e assinaturas, atendendo as exigências das NBCASP.

A partir de 2018, o Município manteve a dívida ativa registrada apenas em longo prazo:

c) Direitos, créditos e valores a longo prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2.1.1.1.04.xx	Dívida ativa Tributária	1.965.285,30
1.2.1.1.1.05.xx	Dívida ativa não tributária	1.160.127,97
1.2.1.1.1.99.xx	Ajustes de perdas de créditos	142.813,93
	Total	2.982.599,34

Observa-se que 62,88% dos créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa tributária, e 37,12% a dívida ativa não tributária. As perdas representam 4,56% do total de créditos. O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, valores a receber até um salário mínimo por C.P.F ou C.N.P.J, ou seja, casos que configuram um custo de cobrança maior que o benefício que pode ser gerado. Nessas situações, normalmente, o Poder Judiciário, sempre que acionado, determina o arquivamento dos processos, com valores inferiores a um salário mínimo.

d) Estoques

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.5.6.1	Almoxarifado	485.684,66



1.1.5.8.1	Outros estoques	63.852,53
	Total	549.537,19

O estoque almoxarifado refere-se a:

O saldo de estoque em almoxarifado refere-se a matérias de consumo, lubrificantes, material de higiene e limpeza, pneus, materiais de construção, medicamentos e materiais hospitalares, entre outros.

e) Investimentos

O Município não possui investimento no Longo prazo.

f) Imobilizado

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação do Município, SC, válida a partir do exercício de 2015:

MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESI-DUAL
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas		
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	5
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	5	5
1.2.3.1.1.01.03	Apar., equip. Utens. Médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	5
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10	2
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	15	5
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	15	20
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	15	20
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	15	20
1.2.3.1.1.01.10	Equipamentos de montaria	15	5
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	10	5
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	5	5
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	15	10
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	15	20
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	20	30
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	15	10
1.2.3.1.1.01.99	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	15	10
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática		



1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	5
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de tecnologia da informação	5	5
1.2.3.1.1.02.03	Sistemas aplicativos - softwares	5	5
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios		
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	5
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	15	5
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em geral	30	10
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em geral	15	10
1.2.3.1.1.04.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação		
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, flâmulas e insígnias	5	5
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	5	5
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e filmotecas	5	5
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	15	5
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	5	5
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	0	100
1.2.3.1.1.04.99	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	15	10
1.2.3.1.1.05.00	Veículos		
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em geral	8	20
1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado		
1.2.3.1.1.08.05	Bens móveis inservíveis	0	5
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	35	50

g) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio do Município, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2018:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018
123110101	Aparelhos de medição e orientação	1.884,20
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	24.653,00
123110103	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos	3.928,28
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversão	88.548,20
123110105	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	8.112,00
123110109	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	28.306,72
123110116	Equipamentos de mergulho e salvamento	2.860,00
123110119	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	1.588.660,43



123110120	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	2.620.975,33
123110121	Equipamentos hidráulicos e elétricos	188.044,70
123110199	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	70.460,40
123110201	Equipamentos de processamentos de dados	125.894,54
123110202	Equipamentos de tecnologia da informação	130.538,07
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	83.713,55
123110302	Máquinas e utensílios de escritório	6.421,48
123110303	Mobiliário em geral	343.883,92
123110304	Utensílios em geral	68.542,12
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	5.612,40
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	87.864,54
123110499	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	12.136,00
123110503	Veículos de tração mecânica	1.782.076,38
123119999	Outros bens móveis	23.968,00
123210103	Edifícios	4.301.665,75
123210104	Terrenos/glebas	16.829,854,01
123210501	Ruas	2.123.576,15
123210504	Pontes	444.796,01
123210506	Sistema de esgoto e/ou de abastecimento de água	448.547,89
123210599	Outros bens de uso comum do povo	42.723,18
123210601	Obras em andamento	128.346,12
123810101	(-) Depreciação acumulada maq. Aparelhos e equip.	781.669,95
123810102	(-) Depreciação acumulada bens de informática	181.920,38
123810103	(-) Depreciação acumulada de móveis e utensílios	281.201,24
123810104	(-) Depreciação acumulada de materiais cult. Educac.	79.679,47
123810105	(-) Depreciação acumulada de veículos.	986.110,56
123810199	(-) Depreciação acumulada de demais bens móveis	17.730,42



123810299	(-) Depreciação acumulada de demais bens imóveis	270.892,09
	Total	29.017.389,26

h) Intangível

O Município não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

i) Obrigações

Saldo das obrigações para 2018:

Passivo Circulante

2.1.1.1.1.01.03	Férias	461.780,40
2.1.1.4.3.01	Encargos Sociais a pagar – Inter OFSS União	78.632,96
2.1.3.1.1.01.01	Fornecedores não financiados a pagar	359,21
2.1.4.1.xx	Obrigações fiscais a curto prazo com a união	7.731,54
2.1.4.2.xx	Obrigações fiscais a curto prazo com o estado	6.330,35
2.1.7.9	Outras provisões a curto prazo	547.879,00
2.1.8.8.xx	Valores restituíveis	26,44
	Total	1.102.739,90

O passivo de férias e INSS é reconhecido por competência, não passando pelos estágios orçamentários e financeiros até o momento. Os tributos referem-se ao PASEP a recolher, competência dezembro de 2018 com vencimento em janeiro de 2019.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

a) Variações Patrimoniais Diminutivas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	6.560.992,15	25,63
3.1.2	Encargos patronais	1.357.808,13	5,30
3.2.1	Aposentadoria e Reformas	49.474,15	0,18

3.2.4	Benefícios Eventuais	6.201,00	0,02
3.3.1	Uso de material de consumo	2.797.633,96	10,93
3.3.2	Serviços	4.438.347,76	17,34
3.3.3	Depreciação	544.955,49	2,13
3.5.1	Transferências intragovernamentais	5.431.112,34	21,22
3.5.2	Transferências inter governamentais	3.517.327,72	13,74
3.5.3	Transferências a instituições privadas	179.366,86	0,70
3.5.5	Transferências a consórcios públicos	29.095,00	0,11
3.6.1	Reavaliação, redução a valor recuperável	238.359,37	0,93
3.6.5	Desincorporação de ativos	41.011,99	0,16
3.7.2	Contribuições	251.814,48	0,98
3.9.1	Premiações	12.810,00	0,05
3.9.7	VPD de constituição de provisões	139.168,84	0,54
3.9.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	1.134,57	0,00
Total		25.596.613,81	100

O gasto com pessoal representa 30,93% das variações patrimoniais diminutivas, referentes encargos patronais e remuneração de pessoal. Os serviços por sua vez representam 17,34% do total das variações diminutivas, enquanto as transferências intragovernamentais 21,22%.

As variações patrimoniais diminutivas representam o esforço do Município na prestação de serviços à população, bem como aquisição de produtos e execução de programas, buscando atender o objetivo da administração pública em melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir os serviços essenciais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

a) Variações Patrimoniais Aumentativas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
-------	-----------	-------	---



4.1.1	Impostos	2.830.822,48	9,76
4.1.2	Taxas	342.082,43	1,18
4.2.2	Contribuições de intervenção no domínio econômico	1.580,55	0,01
4.2.3	Contribuição de Iluminação Pública	429.117,83	1,48
4.3.3	Exploração de bens e direitos e prestação	1.707.431,11	5,89
4.4.2	Juros e encargos de mora	28.323,07	0,10
4.4.5	Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	89.925,80	0,31
4.5.1	Transferências intragovernamentais	272.998,83	0,94
4.5.2	Transferências inter governamentais	22.299.482,44	76,92
4.6.1	Reavaliação de ativos	523.077,20	1,80
4.6.2	Ganhos com alienação	51.300,00	0,18
4.9.9	Diversas variações patrimoniais aumentativas	415.312,52	1,43
Total		28.991.454,26	100

Nota-se que as transferências inter governamentais representam o maior valor entre as VPAs, representando 76,92%, o que torna a entidade refém do Governo Estadual e Federal.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

O município não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Não foram realizados em 2018 ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.